

ESCALA 6X1

Relator quer atrair PJ para CLT

Leo Prates propõe jornada de trabalho livre para quem ganha acima de R\$ 16 mil como forma de estimular a carteira assinada

» FERNANDA STRICKLAND

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da escala 6x1, deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), defendeu, ontem, o fim de carga horária para trabalhadores que recebem acima de R\$ 16 mil mensais. A medida, segundo ele, tem como objetivo atrair trabalhadores atualmente contratados como Pessoa Jurídica (PJ) para o regime

de carteira assinada.

A proposta está em discussão na comissão especial da Câmara dos Deputados responsável por analisar a PEC da escala 6x1. O parecer do relator deveria ter sido apresentado ontem, mas foi adiado para próxima segunda-feira, por falta de consenso.

Segundo Prates, a ideia é criar um regramento específico para trabalhadores com remuneração equivalente a dois tetos do Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS), grupo que, segundo ele, representa cerca de 2,5% da massa trabalhadora brasileira. Pela proposta defendida pelo relator, esses profissionais não ficariam submetidos a uma jornada fixa de trabalho, podendo negociar condições específicas diretamente com os empregadores.

“A ideia é pegar dois tetos do INSS, quem ganha acima de R\$ 16 mil e é PJ e tentar trazer pra CLT. Isso é 2,5% da massa trabalhadora no Brasil. Nós estamos falando

da elite do trabalho. Ele não ficaria submetido à jornada em escala e teria um regramento específico do seu contrato, porque basicamente isso é o que acontece hoje na PJ”, afirmou o relator em entrevista coletiva. Na avaliação do deputado, muitos trabalhadores de alta renda hoje atuam como PJ e acabam sem acesso a direitos previstos na CLT, como 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias remuneradas e licenças trabalhistas.

Transição

Embora a proposta sobre trabalhadores de alta renda tenha ganhado destaque, o principal impasse para a conclusão do relatório continua sendo o período de transição para a redução da jornada semanal. O governo federal defende que o fim da escala 6x1 seja implementado imediatamente, enquanto parlamentares da oposição sugerem uma transição de até quatro anos para alcançar o limite de 40 horas semanais.

Interlocutores do governo trabalharam com uma alternativa intermediária: uma redução gradual ao longo de três anos, com corte imediato de uma hora na jornada e diminuição das demais horas a cada 12 meses, até atingir as 40 horas semanais ao fim do período.

Prates evitou detalhar qual modelo deverá prevalecer e afirmou que as negociações ainda estão concentradas na definição dos “parâmetros” da proposta, incluindo piso e teto da jornada de trabalho a serem estabelecidos na PEC.

Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



À imprensa, Prates disse que medida deve fortalecer a CLT

Socorro aos ruralistas

» RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, recebeu um grupo de parlamentares, ontem, para discutir o projeto que estabelece uma linha de financiamento especial para produtores rurais afetados por eventos climáticos ou conflitos geopolíticos. Na mesa, estavam os senadores Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Tereza Cristina (Progressistas-MS).

O Projeto de Lei 5.122/2023 deveria ser votado ontem, na CAE, mas Renan, que também é relator da proposta, informou, na abertura da reunião, que decidiu retirar a matéria da pauta após pedido de nova rodada de negociação feito pelo Ministério da Fazenda.

A busca de convergência em torno do texto ocorreu após alterações feitas no relatório, a partir de emendas. “Recebemos reiterados telefonemas do senhor ministro da Fazenda, Dario Durigan, pedindo para que nós fizéssemos uma última tentativa com relação a uma convergência para o texto”, afirmou o senador, na comissão, antes de seguir para a reunião com o ministro.

O texto deve ser redesenhado até a próxima semana, quando deve voltar a ser discutido no Congresso. Após a reunião, Durigan informou que houve consenso entre governo e parlamentares para elevar o tempo limite de extensão do crédito para 10 anos, e não seis como se previa anteriormente. Esse foi um pedido da própria senadora Tereza Cristina, que defendeu mais tempo para a análise da proposta.

“Não adianta fazer um projeto e depois ele não ser executável. Então, o que nós queremos é a facilitação dos dois lados para que a gente possa, rapidamente, chegar a um bom termo com as regras claras, como o ministro colocou, de quem pode acessar, quanto pode e a celeridade que é fundamental, porque nós temos o próximo plano safra chegando aí, no começo de junho”, destacou a senadora.

Também de acordo com o ministro da Fazenda, os participantes da reunião chegaram a um consenso sobre o prazo de carência previsto na proposta, que passa a ser de dois anos, e não um somente, como se previa. “A gente topou desde que haja o pagamento de juros desde o começo, que a carência fosse estendida a até dois anos, para também garantir mais participação dos agricultores que têm problema”, disse Durigan.

A ideia do projeto, para viabilizar as concessões de crédito a uma parcela maior de agricultores impactados com esses problemas, é ter um fundo garantidor, aos moldes do FGC, que ainda não tem valores definidos, mas que deve ser custeado pelo poder público, além de instituições financeiras e pelos próprios produtores rurais. O governo se comprometeu em “avancar” com esse fundo, de acordo com o titular da Fazenda.

“Isso, para mim, é muito importante, para os senadores e deputados que nos acompanharam, também. Isso vai demandar um trabalho adicional, mas a gente já sinaliza e aqui um acordo bem costurado que a gente vai trabalhar. Então, o compromisso aqui é de trabalho, de construção e não de voltar atrás, sabendo da celeridade que o tema impõe”, destacou, ainda, o ministro.

Segundo o presidente da CAE, o texto deve voltar a ser discutido na próxima segunda-feira, quando ele já deverá estar atualizado com os novos acordos. “Vocês sabem que o processo legislativo caminha mais facilmente pela conversa, pelo diálogo, pela negociação e, então, nós estamos exatamente tratando disso e o ministro tem demonstrado um interesse único no encaminhamento de uma solução”, disse Calheiros, aos jornalistas.

A proposta original, do deputado Domingos Neto (PSD-CE), também permite o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para custear a linha de financiamento a esses produtores rurais. O texto também prevê o uso de verba excedente de superávits financeiros de outros fundos supervisionados pela Fazenda.

Ajuda a aéreas

Ontem, também, o governo aprovou o socorro às empresas do setor aéreo. O Conselho Monetário Nacional (CMN), que é presidido pelo ministro da Fazenda, aprovou a resolução que regulamenta uma linha emergencial de crédito para empresas que operam voos domésticos regulares no Brasil.

A medida prevê até R\$ 1 bilhão em financiamentos para reforçar o capital de giro das companhias diante da alta recente dos custos do setor, especialmente do querosene de aviação.

A nova linha foi autorizada pela Medida Provisória 1.349, publicada em abril deste ano, e agora passa a ter regras definidas para funcionamento. Segundo o governo, o objetivo é garantir liquidez imediata às empresas e evitar impactos sobre a continuidade do transporte aéreo doméstico. (Com Agência Brasil)



O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO: Da saúde à democracia.

A desinformação é um dos maiores desafios da democracia na era digital. Conteúdos falsos ou manipulados se espalham com rapidez, fragilizam o debate público e abalam a confiança nas instituições.

O Correio Braziliense promove debate essencial sobre o combate à desinformação. Proteger a verdade, lutar contra as fake news e abraçar valores humanos são missões coletivas.



Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente

28/05

a partir das 09h

Audatório do Correio Braziliense
SIG QD 02 lote 340

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE

Promoção:

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO